

As Novas Tecnologias da Informação e Comunicação ao serviço da Intercompreensão na União Europeia

Mário Cruz
ESE de Paula Frassinetti

marioruicruz@esefrassinetti.pt

Introdução

A União Europeia tem vindo a promover a intercompreensão entre países, povos e culturas que fazem parte da sua esfera comunicativa. Esta promoção passa por projectos educativos como o ERASMUS, COMENIUS e SOCRATES, permitindo a livre mobilidade de cidadãos em prol da troca de saberes e experiência de realidades educativas. Contudo, os elevados custos que tais programas acarretam, levaram a União Europeia a procurar alternativas e, como tal, nada melhor que utilizar os recursos das novas tecnologias da informação e comunicação, que constituem um inovador instrumento do ambiente de ensino-aprendizagem, já que contribuem para um profundo e vasto desenvolvimento cognitivo.

Esta “mobilidade *on-line*” (Cruz & Melo, 2004) beneficia de uma grande independência temporal, uma vez que os *chatantes* actuam em momentos distintos e também de uma independência local, visto que, os intervenientes podem estar em locais diversos. Contudo, é necessário ao cidadão comum saber como se deve mover nos meandros da Internet, ou seja, é necessário que domine não só a tecnologia adjacente à navegação na Internet e salas de *chat*, bem como também alguns dos códigos linguísticos que fazem parte da esfera comunicativa da União Europeia. Refiro-me aqui a uma literacia ou multiliteracia electrónica que engloba os códigos e usos próprios do mundo virtual e a mobilização de uma competência plurilingue e intercultural aquando da comunicação síncrona mediatizada por computador.

Dos sistemas de ensino à distância ao novo papel do professor

Para sustentar esta mesma mobilidade *on-line* surgiram sistemas de *e-learning* como o WEBCT e de *b-learning* como o MOODLE, que partilham “atributos do ensino presencial e do ensino à distância (Harasin, 1989:50).

Desde a implementação de projectos como o EUROCALL em 1986 e o WORDCALL em 1998, que se tem vindo a reco-

nhecer a importância da introdução destes sistemas de ensino à distância nos sistemas educativos. Ao serem adoptados por escolas, universidades e institutos politécnicos europeus, estes sistemas de *e-learning* e *b-learning*, promovem o aparecimento de projectos telemáticos inter-escolas, envolvendo ainda um crescente número de professores e aluno e, sobretudo, projectos que deixaram de adquirir uma dimensão nacional, estando agora centrados numa dimensão europeia e intercontinental. De facto, a União Europeia tem percebido que as novas tecnologias da informação e comunicação estão a eliminar “borders and barriers at a faster rate than is possible in physical terms. Sudden, unexpected encounters with other languages and cultures confront European citizens with new choices, opportunities and challenges” (Directorate General of Education and Culture, 2003:4). Graças à Internet, o acesso a materiais autênticos nunca foi mais fácil, uma vez que vastas fontes linguísticas e uma panóplia de materiais são disponibilizados *on-line* em todas as línguas da União Europeia.

Há diversos projectos que espelham o desenvolvimento de projectos interlinguísticos e culturais que têm sido desenvolvidos na União Europeia. Em primeiro lugar, podemos nos referir ao “eTandem Europe”¹, que é apoiado financeiramente pela comissão europeia e está intimamente relacionado com o Ano Europeu das Línguas 2001. O principal objectivo deste projecto é chamar à atenção dos cidadãos europeus para as possibilidades de aprender uma língua ou várias e/ou lhes facilitar a aprendizagem dessa(s) mesma(s) língua(s) e cultura(s). Estas competências serão trabalhadas em grupo ou individualmente com um parceiro de estudo noutra país. Sendo assim, usando o telefone, e-mail ou outros meios de comunicação, o parceiro A aprende a língua do parceiro B e este aprende, ao mesmo tempo, a língua do parceiro A.

Em segundo lugar, não podíamos deixar aqui de nos referir também ao projecto GALANET, que era uma plataforma que fomentava a intercompreensão em línguas românicas. Contou com a colaboração de inúmeras universidades e instituições europeias, nomeadamente: Université Stendhal Grenoble 3, Université Louis Lumière Lyon 2, Universidade de Aveiro, Universitat Autònoma de Barcelona, Universidad Complutense de Madrid, Università degli Studi di Cassino, Université Mons-Hainaut. Este projecto consistia em colocar

1 | <http://www.slf.ruhr-uni-bochum.de/etandem/etindex-en.html>

à disposição de locutores de português, italiano, espanhol, francês e romeno uma plataforma de formação a distância na Internet, que lhes permitiu a prática de intercompreensão, utilizando a sua língua materna ou a língua do Outro².

Apesar da existência de algumas diferenças, estes projectos têm um denominador comum. Como é referido por Keep (1991:134), qualquer actividade de grupo, como o “eTandem Europe” e o “GALANET”, possui um estímulo propício e natural ao diálogo, à conversação e à troca de experiências culturais e linguísticas. Esta comunicação *on-line* síncrona cria oportunidades para: aumentar a motivação e concentração; promover capacidades e competências de análise textual; reforçar o espírito de trabalho de grupo e cooperativo; encorajar o desenvolvimento de capacidades linguísticas; e, por último, integrar a dimensão intercultural.

Destas inúmeras vantagens para o *chatante*/aprendente resultam algumas alterações fundamentais nas práticas do ensino-aprendizagem e, concomitantemente, no papel do professor. Tendo em conta diversos estudos actuais relacionados com a educação, como o *Delphy Study* (citado por Directorate General of Education and Culture, 2003:9), irá nascer uma nova cultura de aprendizagem, já que as novas tecnologias da informação e comunicação:

“(…)

- call for and facilitate more independence on the part of the learner, more self-directed
- activities and the organisation of learning processes;
- encourage interactive work;
- facilitate direct feedback;
- call for a change in the role distribution of teacher/learner, where learners take on teaching functions;
- enable contents to be continually updated with minimum efforts;
- provide faster access to teaching materials.
- provide greater opportunities for individual forms of learning;
- but also demand more social learning in group and team work;”

Sendo assim, aos professores são exigidas novas funções que se prendem com: um levantamento e reconhecimento de eventuais dificuldades individuais dos diferentes aprendentes; uma escolha cuidadosa de materiais e do uso das novas tecno-

logias; uma verificação constante da veracidade dos conteúdos disponibilizados *on-line*; uma capacidade e disponibilidade para a investigação e inovação, tendo o computador como seu aliado; um uso confiante e seguro de software; uma postura crítica quanto à recolha e tratamento de informação.

De tudo isto, resulta um processo de ensino-aprendizagem mais rico e individualizado, centrado nos percursos individuais de cada aprendente, mas não esquecendo a autonomia própria de cada aprendente. Funcionando como mediador, o professor assume, com os demais professores, projectos interdisciplinares e incita os aprendentes a influenciar a escolha de conteúdos programáticos do seu próprio interesse e para a comunidade em que se encontra integrado. Esta é, pois, uma verdadeira educação para a cidadania, a cidadania europeia.

Literacia Electrónica e Cidadania Europeia

O ensino é cada vez mais visto como uma educação para a mobilidade e sobretudo aquele que se prende com o ensino de línguas, no qual “there is a corresponding interest in visits, exchanges and other forms of contact, both real and virtual, using contemporary and projected technology” (Byram, 1997:64). Movendo-se nos meandros do virtual, esse contacto com a alteridade também é facilmente conseguido.

Segundo Cruz & Melo (2004), esta mobilidade *on-line* pode ser entendida como “a possibilidade de viajar no mundo virtual da Internet através do acesso tecnológico a ela e da transposição de eventuais barreiras/fronteiras impostas pelo desconhecimento dos usos, códigos, línguas e linguagens que a enformam”. Para Warschauer (1999), esta literacia electrónica é constituída por diferentes componentes, nomeadamente: uma componente técnica, uma componente crítica, uma componente linguística e outra cultural. Esta multiliteracia é, pois, um conceito fundamental tanto para a educação, como para o verdadeiro exercício da cidadania europeia.

De facto, a oportunidade e capacidade para participar e fazer parte do discurso público, no que se refere a questões acerca

da presente e futura Europa, são duas condições fundamentais para a concretização de uma verdadeira cidadania democrática. Sendo assim, as políticas educacionais linguísticas são importantes também politicamente:

“Policies for language education should therefore promote the learning of several languages for all individuals in the course of their lives, so that Europeans actually become plurilingual and intercultural citizens, able to interact with other Europeans in all aspects of their lives.” (Council of Europe, 2003: 7).

Desta forma, o conceito de cidadania é um assunto educacional que se refere ao desenvolvimento de capacidades individuais, competências e atitudes dos povos na Europa (cf. Audigier, 1999:13). Para a União Europeia, o conceito de cidadania europeia “takes as a starting point citizenship as a legal institution which needs gradual substantiation” (Everson & Preu, 1995: 8). Assim sendo, verificamos que o conceito de cidadania exige como que uma reestruturação da identidade, ou seja, uma transição do status do indivíduo para o colectivo:

“In the new model, the membership of individuals is not solely based on the criteria of nationality; their membership and rights are legitimated by the global ideologies of human rights. Thus, universal personhood replaces nationhood; and universal human rights replace national rights (...).” (Soysal, 1996:23).

Tendo em conta que a cidadania pretendida é uma cidadania que assenta em princípios e valores do pluralismo, na primazia da lei, no respeito pela dignidade humana e na diversidade cultural como riqueza, é de referir que a língua de cada cidadão europeu tem uma grande importância neste contexto, já que “to learn a language is also to learn a culture, another way of categorising and qualifying the world of expressing and thus construction one’s thoughts and emotions” (Audigier, 1998:18).

Num futuro próximo, as políticas europeias tendem a assentar no desenvolvimento duma competência plurilingue, pois só assim se consegue uma verdadeira cidadania democrática. Esta competência plurilingue refere-se à capacidade de um sujeito participar como cidadão na politicamente relevante comunicação em ambientes multilingues (como a Europa de hoje), como podemos comprovar pelo seguinte excerto:

“(…) Exercise of democracy and social inclusion depends on language education policy. The capacity and opportunity to use one’s full linguistic repertoire is crucial to participation in democratic and social processes and therefore to policies of social inclusion” (Council of Europe, 2003:9):

“first, it allows participation in democratic processes not only in one’s own country and language area but in concert with other Europeans in other languages and language areas.

Secondly, the acquisition of plurilingual competence leads to a greater understanding of the plurilingual repertoires of other citizens and a respect for language rights, not least those of minorities and for national languages less widely spoken and taught”. (Ibidem, 2003:19)

Como já foi referido, a relação do indivíduo com o estado tem sido sujeita a um processo de redefinição “in which both supra-national and sub-national dimensions of citizenship gain importance vis-à-vis the national dimension” (Van Berkel, 1997:185). Há três processos que são responsáveis por esta mudança: a urbanização, a migração e a integração europeia.

Contudo, qualquer processo de integração oferece cidadania aos sujeitos independentemente da sua nacionalidade e background linguístico. Sendo assim, estes processos de integração têm lugar em esferas comunicativas que não estão confinadas a cada um dos estados.

Existem, desta forma, várias constelações de participação:

<u>Levels of Participation</u>	<u>Constellations of participation</u>
sub-national	Participation within regional minority-language communities Participation within multilingual regional or urban communities
national	Participation within national language communities
supra-national (not restricted to countries of Europe)	Participation in bilateral settings of national language Participation in multilateral settings of national language communities

(Breibach, 2003:13)

Podemos, então, concluir que o desenvolvimento de uma esfera pública europeia é possível graças a uma estruturação política, económica, social, cultural e mesmo tecnológica que está a ser levada a cabo. Contudo, esta mesma estruturação

tem que passar por um respeito dos valores democráticos e riqueza linguística e cultural de cada povo da União Europeia. Desta forma, para que a intercompreensão entre os povos europeus exista, é necessária uma forte aposta nos domínios da interculturalidade e plurilinguismo, facilitada pelos usos das novas tecnologias da informação e comunicação.

Referências Bibliográficas

- AUDIGIER, F. (1999) Basic Concepts and core competencies for education for democratic citizenship. DGIV/EDU/CIT (2000) 23. Document CDCC/Delphes (99) 4, <http://www.coe.int>, (consultado na Internet em 30 de Novembro de 2003).
- BREIDBACH, Stephan. (2003) *Plurilinguism, Democratic Citizenship in Europe and the Role of English*. Straasbourg: Council of Europe.
- BYRAM, M. (1997) *Teaching and Assessing Intercultural Communicative Competence*. Clevedon: Multilingual Matters.
- COUNCIL OF EUROPE (2003) Guide for the Development of Language Education Policies in Europe: *From Linguistic Diversity to Plurilingual Education*. Executive version.
- CRUZ, M. & Melo, S. (2004) Mobilidade on-line: potencialidades da comunicação plurilingue em chat, *Saber Educar*, 9, Porto: ESE de Paula Frassinetti.
- DIRECTORATE GENERAL OF EDUCATION AND CULTURE (2003) The Impact of Information and Communications Technologies on the Teaching of Foreign Languages and on the Role of Teachers of Foreign Languages. ICC, http://www.icc-europe.com/ICT_in_FLT_Final_report_Jan2003/ICT_in_FLT_in_Europe.pdf, (consultado na Internet em 25 de Setembro de 2004).
- EVERSON, M. C. & Preuß, U. K. (1995) Concepts, Foundations, and Limits of European Citizenship, *ZERP-Diskussionspapier 2/95*. Bremen: Zentrum für Europäische Rechtspolitik an der Universität Bremen.
- HARASIN, L. (1989) On-Line Education: a new domain, in Mason, Robin and Kaye, Anthony (Eds.) *Communication, Computers and Distance Education*, Oxford: Pergamon Press, <http://www-icdl.open.ac.uk/mindweave/mindweave.html>, (consultado na Internet em 6 de Junho de 2004).
- KEEP, R. (1991). Electronic communication, in School Exchanges Present and Future. *Proceedings of the Symposium*. Barcelona: Comission of the European Communities, 134-141.
- SOYSAL, Y. N. (1996) Changing Citizenship in Europe. Remarks on post-national membership and the national state, in D. Cesarani and M. Fulbrook (Eds.) *Citizenship, Nationality and Migration in Europe*, London: New York: Routledge, pp. 17-29.
- VAN BERKEL, R. (1997) Urban Integration and Citizenship. Local Policies and the Promotion of Participation, in M. Roche and R. van Berkel (Eds.) , Aldershot: Ashgate Publishing, pp. 185-197.